

# Planalto exclui reforma tributária da lista de supressões prioritárias

Virginia Drummond

**JOÃO BATISTA NATALI**  
Enviado especial a Brasília

Entre os 32 pontos cuja supressão do texto constitucional é "bastante desejada pelo governo" —eles constam de uma relação definida entre Sarney e seus homens de confiança no Congresso constituinte, em duas reuniões convocadas em menos de 24 horas—, não consta a redistribuição dos recursos tributários, em que Estados e municípios sairiam fortalecidos em detrimento da União.

O problema fora levantado enfaticamente pelo presidente da República, em cadeia nacional da mídia eletrônica, terça à noite, mas mesmo assim não será objeto de negociações, em plenário, pelas lideranças governistas. É o que informa o próprio líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, para quem "os constituintes já assumiram, nesse assunto, um compromisso com seus governadores".

Desse modo, e sem que isso tenha sido propriamente uma surpresa, Sarney reconhece limites definitivos em sua base de apoio parlamentar, tendo se contentado, entre 21h e 23h30 de antemão no Palácio da Alvorada, e hoje entre 12h30 e 14h30 no Palácio do Planalto, com a listagem de itens previsíveis, e na elaboração de estratégias para que eles sejam derrubados por emendas supressivas.



Entre eles, o presidente —ao lado de Sant'Anna, do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), articulador do chamado Centro Democrático, do deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE) pelo Centrão, e ainda do ministro da Habitação, Prisco Viana— destacou outros mecanismos que amputam os recursos da União. Trata-se do dispositivo que transfere 80% dos recursos do Finsocial para a área de seguridade, deixando em descoberto os recursos para a merenda escolar e para a Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac), e de um outro dispositivo que vincula 60% dos recursos do Programa de Integração Social (PIS) para financiar o seguro-desemprego.

## "Consistência"

Nas duas reuniões, Sarney e seus liderados também discutiram a "consistência" do compromisso assumido esta semana pelo líder do PMDB no plenário constituinte, Nelson Jobim, de aceitar a supressão de 21 pontos. A conclusão do grupo foi de que, em torno de questões quase consensuais, o controle atribuído a Jobim sobre apenas uma parcela de sua bancada seria compensado pela adesão do "PMDB moderado" e do PFL, facilitando a obtenção de 280 votos.

Entre esses pontos, está a moção de censura a ministros (uma concessão do senador Humberto Lucena aos parlamentaristas derrotados no primeiro turno), a elasticidade nos critérios de aposentadoria dos servidores públicos, e o perdão das dívidas assumidas por pequenos e médios empresários durante o Plano Cruzado.



O deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo no Congresso constituinte

## PMDB aceita a retirada da anistia bancária

Da Sucursal de Brasília

A disposição do PMDB em aceitar 20 dos 58 pontos propostos pelas lideranças do governo, do PFL e do PDS no Congresso constituinte, durante as negociações para as votações do segundo turno, vai eliminar da nova Carta a anistia da correção monetária das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado pelos micro e pequenos empresários e pelos pequenos produtores rurais.

Além de algumas correções julgadas necessárias, a liderança do PMDB concordou em votar a favor das emendas que suprimem a anistia fiscal, a moção de censura a ministros e a estabilidade dos servidores públicos com cinco anos de admissão (veja texto nesta página). A licença-paternidade de oito dias "deve ser mantida no espírito", segundo o líder peemedebista Nelson Jobim (RS). A definição do prazo será remetida à legislação complementar.

As negociações serão retomadas na próxima segunda-feira, às 13h, quando as lideranças partidárias examinarão as emendas sobre o Título II ("Dos Direitos e Garantias Fundamentais"), destacadas para votação isolada (os chamados "destaques"). Nesse título, deve continuar a polêmica sobre o direito de greve, que o PMDB não quer negociar em virtude de o texto ter sido aprovado no primeiro turno por acordo de lideranças.

### Quórum

Apesar de o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, ter convocado sessão para as 13h30 de segunda-feira, as lideranças partidárias temem a falta de quórum mínimo (280) para abertura dos trabalhos de votação.

Além de segunda-feira ser um dia tradicionalmente de quórum baixo na Casa, Ulysses ocupará interinamente a Presidência da República durante a viagem do presidente Sarney à Bolívia. Nos últimos meses sua ausência tem contribuído para diminuir presença dos constituintes.



O líder do PFL, deputado José Lourenço (esq.), e o líder do PMDB, Nelson Jobim, negociaram ontem as supressivas



## Temas de consenso entre PMDB e governistas

★ Suprimir a anistia da correção monetária nas dívidas contraídas durante o Plano Cruzado pelos micro e pequenos empresários, mini, pequenos e médios agricultores, de 28/12/86 a 31/12/87 (crédito rural).

★ Suprimir a anistia das multas, juros e outros encargos sobre "os débitos para com as Fazendas federal, estaduais e municipais".

★ Suprimir a palavra "industriais" na concessão de privilégio temporário aos autores para utilização de "inventos industriais".

★ Suprimir a palavra "internacional" na permissão de extradição de brasileiros envolvidos em "tráfico internacional ilícito de entorpecentes e drogas afins".

★ Suprimir a previsão de "ação de inconstitucionalidade contra ato ou omissão que fira preceito desta Constituição".

★ Remeter para a lei o prazo da licença-paternidade.

★ Suprimir as "transgressões elei-

torais" como motivo de ação para impugnação de mandato.

★ Suprimir a organização do "abastecimento alimentar" como competência estatal.

★ Suprimir a inclusão das reestruturações de quadros de carreiras e cargos na revisão dos proventos de aposentadoria no mesmo nível dos servidores da ativa.

★ Suprimir a resolução de "discordância ao depoimento e às respostas" dos ministros de Estados convocados pelo Parlamento.

★ Suprimir moção de censura a ministros de Estado.

★ Suprimir a exoneração do ministro censurado.

★ Suprimir a obrigatoriedade de os tributos sobre produtos industrializados e o preço final constarem do rótulo ou dos anúncios dos mesmos.

★ Suprimir a destinação aos Estados e Distrito Federal de 20% dos impostos novos que a União instituir.

★ Suprimir o trecho "e pertence à União" do dispositivo que definem "as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica" como "propriedade distinta da do solo".

★ Suprimir os derivados de sangue da proibição de comercialização.

★ Suprimir a expressão "de um salário mínimo" na obrigação de benefício ao deficiente físico.

★ Suprimir a estabilidade dos servidores públicos civis com cinco anos de serviço.

★ Suprimir a possibilidade de o servidor público optar por uma legislação de aposentadoria mais benéfica.

★ Incluir "recursos hídricos" no dispositivo que dá prazo de quatro anos para que as empresas brasileiras "titulares de autorização de pesquisa ou concessão de lavras de recursos minerais" cumpram os requisitos do art. 183, que definem essas atividades como "monopólio da União".

## Governo pode adotar medidas de emergência

**ROBERTO LOPES**  
Da Reportagem Local

Os ministros militares já examinaram a conveniência de o presidente José Sarney decretar as medidas de emergência que constam do artigo 151 da Constituição em vigor, caso ocorram distúrbios ou manifestações de pressão consideradas como perturbadoras da ordem pública, durante a votação do segundo turno do Congresso constituinte.

A informação foi dada à Folha por um oficial-general das Forças Armadas que presenciou, quatro anos atrás em Brasília —por ocasião da votação (e derrota) da chamada emenda Dante de Oliveira (das diretas-já)—, o uso desse dispositivo pelo então presidente João Baptista Figueiredo.

Em seus frequentes contatos, os ministros militares —Octávio Júlio Moreira Lima (Aeronáutica), Henrique Saboia (Marinha) e Leonidas Pires Gonçalves (Exército)— chegaram à conclusão de que as organizações de comprovada capacidade de mobilização, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), não assistirão passivamente o crescimento no Congresso de qualquer articulação que possa ameaçar os seus interesses na nova Carta.

Esses ministros acham que a mobilização dos constituintes governistas pode, efetivamente, derrubar do texto aprovado no primeiro turno alguns dispositivos que o governo e as classes empresariais estimam prejudiciais ao que o presidente da República convencionou chamar de "governabilidade" do país —como

as anistias para os devedores do Plano Cruzado.

Os militares estão especialmente preocupados com a organização de caravanas com destino a Brasília, passeatas na capital da República, greves e outros tipos de manifestação entre sindicalistas e funcionários públicos, particularmente em serviços e empresas de funcionamento tido como essencial (caso, por exemplo, da Petrobrás).

### O que são

As medidas de emergência foram introduzidas na atual Constituição durante o governo Geisel (de 74 a 79), através da emenda constitucional nº 11, que revogou o AI-5 e todos os outros atos institucionais e complementares. Aprovada pelo Congresso Nacional a 20 de setembro de 1978, (promulgada 23 dias depois) essa emenda foi apresentada aos congressistas da época, como algumas das "salvaguardas" de que o governo necessitava para consolidar o processo de "abertura" política.

O estabelecimento de medidas de emergência depende, unicamente, da vontade do presidente da República. De acordo com o artigo nº 155 da Constituição em vigor, elas existem "para preservar ou, prontamente, restabelecer, em locais determinados e restritos, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas ou atingidas por calamidades ou graves perturbações que não justifiquem a decretação dos estados de sítio ou de emergência". Para decretá-las, basta que o presidente comunique essa sua decisão ao Senado e à Câmara.

As medidas de emergência só

## Exército quer novos equipamentos

O Departamento de Material Bélico (DMB) do Exército está examinando a possibilidade de comprar no exterior cerca de mil máscaras contra gases para o Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) —uma das duas unidades encarregadas da proteção dos Palácios do Planalto e da Alvorada (este último, residência oficial do presidente da República, José Sarney).

O Exército quer que essa tropa esteja adequadamente equipada para o caso de ter que atuar em conjunto com a Polícia Militar do Distrito Federal, na eventualidade de algum distúrbio, onde os policiais sejam obrigados a lançar mão de granadas de gás lacrimogêneo.

Estudos feitos nesse sentido no princípio do ano foram interrompidos por falta de recursos financeiros. Contudo, o Exército está retomando esses planos, e o Centro Tecnológico do Exército (sediado no Rio) está incumbido de um outro projeto ainda maior: o de selecionar um tipo de máscara para ser fabricado, futuramente, no país.

A idéia, no momento, é encomendar 50 unidades do modelo escolhido, para uma série de testes. Pelos cálculos do Estado-Maior do Exército, a força terrestre brasileira necessita de 150 mil máscaras contra gases.

(RL)

podem ser decretadas por um prazo máximo de 60 dias, renovável apenas uma vez e por esse mesmo espaço de tempo. Elas só foram utilizadas uma vez desde a sua criação. A 18 de abril de 1984, quando o Congresso se preparava para votar a emenda das diretas-já, o presidente Figueiredo baixou o decreto nº 89.566, que determinou medidas de emergência para a capital e mais dez cidades goianas vizinhas a ela. Figueiredo anunciou ter tomado essa iniciativa a pedido do então presidente do Senado, Moacir Dalla.

Para executar as medidas de emergência foi designado o titular, à época, do Comando Militar do Pla-

nalto, general Newton de Oliveira e Cruz (hoje na reserva e respondendo no Rio a um processo pelo desaparecimento e morte de um jornalista que era informante do SNI e de um barqueiro). O decreto estabelecia as medidas de emergência por 60 dias, mas a Dante de Oliveira foi derrotada, e as medidas revogadas 14 dias depois de terem sido decretadas. Nesse período houve censura a telejornais, barreiras e revistas nas estradas de acesso à capital da República, além da mobilização ostensiva de tropas federais das três Forças Armadas, em coordenação com o policiamento exercido pelas polícias militares do Distrito Federal e de Goiás.